

RELIGIÃO E FORMAÇÃO MORAL DO TRABALHADOR URBANO NO BRASIL (1932-1964)

Erik Chiconelli Gomes

Resumo

O artigo analisa o papel das instituições religiosas, com destaque para a Igreja Católica, na formação moral e social do trabalhador urbano no Brasil entre 1932, quando se funda o primeiro Círculo Operário no Rio Grande do Sul, e 1964, quando o golpe civil-militar alterou as condições de atuação dos movimentos católicos junto ao operariado. Partindo de uma concepção ampliada de educação, o estudo compreende práticas religiosas como dispositivos de socialização que operaram para além dos espaços escolares, incidindo sobre hábitos, valores e comportamentos das classes trabalhadoras nas cidades. A pesquisa examina, em chave comparativa, três configurações regionais (Pelotas e Santa Maria, no Rio Grande do Sul; Joinville, em Santa Catarina; Uberlândia, em Minas Gerais) e mobiliza o corpus normativo dos Círculos Operários, documentos da Ação Católica Brasileira e periódicos católicos do período, articulando história social do trabalho e história da educação. Argumenta-se que essas instituições produziram uma pedagogia social voltada à internalização de valores como disciplina, hierarquia e moralidade familiar, operando em relação ambivalente com os projetos estatais de regulação social. O artigo se apresenta como ensaio de síntese historiográfica, e seus limites derivam dessa opção metodológica.

Palavras-chave: história da educação; religião; trabalho urbano.

RELIGION AND THE MORAL FORMATION OF URBAN WORKERS IN BRAZIL (1932-1964)

Abstract

This article analyzes the role of religious institutions, particularly the Catholic Church, in shaping the moral and social formation of urban workers in Brazil between 1932, when the first Workers' Circle was founded in Rio Grande do Sul, and 1964, when the civil-military coup altered Catholic engagement with the working class. Adopting a broad concept of education, the study understands religious practices as socialization mechanisms operating beyond formal schooling, influencing habits, values, and behaviors of urban working classes. Through a comparative approach, the research examines three regional configurations (Pelotas and Santa Maria, in Rio Grande do Sul; Joinville, in Santa Catarina; Uberlândia, in Minas Gerais) and mobilizes the normative corpus of the Workers' Circles, documents of Brazilian Catholic Action, and Catholic periodicals, combining approaches from labor history and the history of education. It argues that these institutions produced a social pedagogy aimed at internalizing values such as discipline, hierarchy, and family morality, operating ambivalently vis-à-vis state-led projects of social regulation. The article is presented as a historiographic synthesis essay, and its limits derive from this methodological choice.

Keywords: history of education; religion; urban labor.

RELIGIÓN Y FORMACIÓN MORAL DEL TRABAJADOR URBANO EN BRASIL (1932-1964)

Resumen

El artículo analiza el papel de las instituciones religiosas, con énfasis en la Iglesia Católica, en la formación moral y social del trabajador urbano en Brasil entre 1932, cuando se funda el primer Círculo Obrero en Rio Grande do Sul, y 1964, cuando el golpe cívico-militar alteró las condiciones de actuación de los movimientos católicos junto al obrerismo. Desde una concepción ampliada de educación, el estudio comprende las

práticas religiosas como dispositivos de socialização que operaram más allá de los espacios escolares, incidiendo sobre hábitos, valores y comportamientos de las clases trabajadoras en las ciudades. La investigación examina, en clave comparativa, tres configuraciones regionales (Pelotas y Santa Maria, en Rio Grande do Sul; Joinville, en Santa Catarina; Uberlândia, en Minas Gerais) y moviliza el corpus normativo de los Círculos Obreros, documentos de la Acción Católica Brasileña y periódicos católicos del período, articulando historia social del trabajo e historia de la educación. Se argumenta que esas instituciones produjeron una pedagogía social dirigida a la internalización de valores como disciplina, jerarquía y moralidad familiar, operando en relación ambivalente con los proyectos estatales de regulación social. El artículo se presenta como ensayo de síntesis historiográfica, y sus límites derivan de esa opción metodológica.

Palabras clave: historia de la educación; religión; trabajo urbano.

INTRODUÇÃO

Quais os diferentes meios de educar de que as religiões lançam mão nas cidades? A pergunta, formulada pela seção temática que acolhe este texto, convida a investigar as marcas que as religiões imprimem na paisagem urbana e o caráter socializador e formador dessas presenças. O presente artigo propõe uma resposta parcial a essa questão, dirigida ao caso brasileiro do período compreendido entre 1932, quando se funda o primeiro Círculo Operário no Rio Grande do Sul, e 1964, quando o golpe civil-militar reorganizou as condições de atuação dos movimentos católicos junto ao operariado. A delimitação cronológica obedece a uma razão substantiva. O ano de 1932 marca a fundação do Círculo Operário de Pelotas pelo Padre Leopoldo Brentano, primeira experiência sistemática do circulismo no Brasil, ao passo que o golpe de 1964 desarticula a vertente progressista da Ação Católica que se consolidara na década anterior. Nesse intervalo, a Igreja Católica construiu um aparato institucional voltado à educação moral dos trabalhadores urbanos que incluía círculos operários, ramificações da Ação Católica, publicações periódicas, celebrações litúrgicas e práticas assistenciais cuja presença nos bairros operários conformou uma pedagogia social de amplo alcance.

O problema de pesquisa pode ser formulado nos seguintes termos. De que maneira instituições religiosas atuaram como agentes de educação social na formação moral do trabalhador urbano no Brasil entre 1932 e 1964, e como essas práticas se articularam com as dinâmicas urbanas e os projetos de regulação social do período? A hipótese que este artigo defende é a de que as organizações católicas voltadas ao operariado produziram uma ética do trabalho baseada em disciplina, hierarquia e contenção de conflitos, operando em relação ambivalente com o Estado varguista e pós-varguista, e que essa pedagogia se materializou em três frentes articuladas: a normativa (estatutos, encíclicas, manuais), a imprensa (boletins, jornais, programas radiofônicos) e a ritual (procissões, romarias, celebrações).

O campo historiográfico sobre catolicismo e mundo do trabalho no Brasil dispõe de contribuições que este artigo procura articular criticamente. O estudo de Jessie Jane Vieira de Souza sobre os Círculos Operários, publicado em 2002, constituiu um marco ao demonstrar que a postura da Igreja junto à classe operária não se dissociava de sua missão evangelizadora e de seu projeto de restauração católica (Souza, 2002). Astor Antônio Diehl, em trabalho sobre o Rio Grande do Sul, e José Odelso Schneider, em análise publicada na revista Síntese em 1965, descreveram a estrutura organizativa e a expansão dos Círculos (Diehl, 1990; Schneider, 1965). Ivan Aparecido Manoel, em seus estudos sobre o catolicismo conservador brasileiro, e Scott Mainwaring, em análise da Igreja Católica no contexto da redemocratização, oferecem leituras complementares que situam o

circulismo no quadro mais amplo das estratégias eclesiais de inserção social (Manoel, 2004; Mainwaring, 2004). Na frente da história da educação, Paula Leonardi e Evelyn Orlando têm contribuído para a ampliação do conceito de educação para além da escola, incorporando as práticas religiosas como objeto de análise historiográfica (Leonardi, 2014). O que permanece insuficientemente explorado, e constitui a lacuna a que este artigo se dirige, é a análise da dimensão propriamente pedagógica dessas práticas, ou seja, dos modos concretos pelos quais rituais, impressos, associações e intervenções no espaço urbano operaram como dispositivos de formação moral das classes trabalhadoras.

Cabe explicitar os limites do trabalho. O artigo se apresenta como ensaio de síntese historiográfica e não como estudo empírico exaustivo de um corpus documental delimitado. As fontes primárias referidas ao longo do texto (estatutos, boletins circulistas, encíclicas, periódicos católicos) são mobilizadas a partir da literatura especializada que as transcreveu, analisou ou citou, e não de consulta direta a acervos arquivísticos. Essa opção permite uma visão panorâmica do fenômeno, ao custo de menor profundidade documental. A contribuição original que aqui se propõe consiste na articulação comparativa de três configurações regionais (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Triângulo Mineiro) sob a chave analítica da pedagogia social, deslocando o foco da história política do circulismo para sua dimensão formativa. Estudos futuros, baseados em acervos paroquiais e sindicais, poderão adensar o que aqui se propõe em forma de síntese.

O artigo se organiza em cinco seções além desta introdução e das considerações finais. A primeira apresenta o contexto histórico. A segunda explicita os referenciais teóricos e metodológicos. A terceira examina os Círculos Operários como instâncias de formação moral. A quarta analisa a Ação Católica e suas ramificações. A quinta discute a dimensão espacial e urbana dessas práticas educativas.

INDUSTRIALIZAÇÃO, URBANIZAÇÃO E QUESTÃO OPERÁRIA (1930-1964)

O governo iniciado com a Revolução de 1930 trouxe consigo a aceleração da industrialização por substituição de importações, concentrada no eixo São Paulo-Rio de Janeiro. Entre 1920 e 1950, a população urbana brasileira saltou de 16,6% para 36,2% do total nacional, segundo dados dos censos demográficos do IBGE, e o número de operários industriais multiplicou-se por quatro no mesmo intervalo. Boris Fausto, em estudo sobre trabalho urbano e conflito social no período anterior, identificara as tensões decorrentes da heterogeneidade étnica, cultural e regional do proletariado brasileiro (Fausto, 1977). Nas décadas seguintes, essa heterogeneidade se ampliou com a incorporação de migrantes rurais nordestinos e mineiros aos contingentes operários do Sudeste e do Sul.

A legislação trabalhista varguista, que culminou na Consolidação das Leis do Trabalho em 1943, cumpriu a dupla função de garantir direitos mínimos e conter a organização autônoma. O sindicalismo corporativista, a Justiça do Trabalho e a contribuição sindical compulsória desenharam um quadro institucional que pretendia regular as relações capital-trabalho sob tutela estatal. Nesse cenário, a Igreja Católica viu oportunidade de reafirmação. A Carta Pastoral Coletiva de 1916, promulgada por Dom Sebastião Leme, já antecipara o diagnóstico da hierarquia eclesial brasileira sobre a urgência de reaproximar a Igreja do mundo do trabalho industrial em formação. Desde a Constituição de 1934, que restabeleceu o princípio de colaboração recíproca entre Estado e Igreja e reintroduziu o ensino religioso nas escolas públicas, o catolicismo ocupou posição privilegiada no campo das disputas pela formação moral da nação.

Alexandre Fortes demonstrou que os bairros operários de Porto Alegre durante a Era Vargas constituíam espaços de sociabilidade nos quais dinâmicas familiares, culturais, associativas e religiosas se entrecruzavam (Fortes, 2004). A dimensão territorial dessas experiências é decisiva, pois as instituições religiosas disputavam a formação dos trabalhadores com sindicatos, partidos, associações de bairro e organizações culturais. A encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII (1891) e, posteriormente, a *Quadragesimo Anno* de Pio XI (1931) forneceram as bases doutrinárias para essa intervenção. A *Quadragesimo Anno*, no parágrafo 79, prescrevia a constituição de associações intermediárias entre o trabalhador e o Estado, fórmula que serviu de matriz para a estruturação dos Círculos Operários no Brasil. A *Quadragesimo Anno*, publicada no contexto da Grande Depressão, reafirmava que a questão social exigia colaboração entre classes sob orientação cristã, recusando tanto o liberalismo quanto o socialismo. Esse substrato ideológico orientou a fundação dos Círculos Operários.

REFERENCIAIS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

A análise se situa na interseção entre história social do trabalho e história da educação, mobilizando uma concepção ampliada de educação que reconhece processos formativos operando em múltiplas dimensões da vida social. Essa perspectiva permite tratar as instituições religiosas como instâncias de uma pedagogia social, conceito que designa práticas voltadas à formação de indivíduos fora dos espaços escolares formais. A noção de pedagogia social aqui mobilizada dialoga com a tradição de E. P. Thompson sobre a formação da classe operária como processo cultural, deslocando o foco da escolarização institucional para os dispositivos difusos de produção de subjetividade. Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura, em pesquisas sobre infância e trabalho no contexto urbano paulista, demonstrou como crianças e jovens das classes populares eram submetidos a múltiplas instâncias de socialização que incluíam família, rua, trabalho precoce e organizações assistenciais religiosas (Moura, 1999).

A historiografia sobre catolicismo social constitui o campo de diálogo privilegiado deste artigo. Jessie Jane Vieira de Souza argumentou que o circulismo não foi mero instrumento de contenção, mas expressão de um projeto eclesialístico de restauração católica com pretensões de reorganização integral da sociedade (Souza, 2002). Diehl enfatizou a dimensão regional do fenômeno no Rio Grande do Sul e suas articulações com a política partidária gaúcha (Diehl, 1990). Sílvia Regina Ferraz Petersen situou o circulismo no quadro mais amplo das lutas operárias gaúchas, demonstrando como a organização católica disputou com anarquistas e comunistas o controle sobre a ação sindical (Petersen, 2001). A esses estudos somam-se contribuições mais recentes que abriram frentes específicas: Marta Rosa Borin examinou a articulação entre devoção mariana e movimento circulista no Rio Grande do Sul (Borin, 2023); Geovanna Junqueira Machado Pereira reconstituiu a operação concreta do Círculo de Uberlândia entre 1942 e 1960 (Pereira, 2014); e Rosa Batista e Leonete Luzia Schmidt analisaram a creche Conde Modesto Leal mantida pelo Círculo de Joinville (Batista, Schmidt, 2018). O presente artigo dialoga com essas interpretações, propondo que a dimensão propriamente educativa da atuação católica junto ao operariado merece tratamento mais detido do que o que esses estudos, orientados por questões de história política, puderam oferecer.

Metodologicamente, o artigo opera como ensaio de síntese historiográfica. Esse estatuto implica três compromissos analíticos. Primeiro, a renúncia à pretensão de exaustividade documental em favor de uma articulação interpretativa de pesquisas já consolidadas. Segundo, a transparência sobre o caráter mediado do acesso às fontes primárias. Terceiro, a opção

comparativa, que permite identificar regularidades e variações entre configurações regionais distintas. As fontes primárias mobilizadas, incluindo estatutos dos Círculos Operários, trechos de encíclicas, passagens de boletins circulistas e documentos da Ação Católica, são acessadas por intermédio da literatura especializada que as reproduziu ou analisou. Essa mediação impõe limites que serão respeitados na exposição.

OS CÍRCULOS OPERÁRIOS CATÓLICOS E A PEDAGOGIA DA ORDEM

A fundação do primeiro Círculo Operário em Pelotas, Rio Grande do Sul, em 1932, sob a liderança do Padre Leopoldo Brentano, inaugurou um movimento que se expandiria pelo território nacional. O contexto era de apreensão ante o comunismo. Marta Rosa Borin registrou que, em Santa Maria, o clero se voltou para a educação da classe operária nos anos 1930 por temer a propagação das ideias comunistas, e que o jornal *Diário do Interior* noticiou, em janeiro de 1934, a recepção de 80 novas propostas de sócios para o Círculo Operário local (Borin, 2023). O ritmo de crescimento foi acentuado nas décadas seguintes. Schneider, em levantamento publicado em 1965, registrou a existência de 657 Círculos Operários espalhados pelo país, totalizando aproximadamente 376 mil sócios, números que evidenciam o alcance organizativo do movimento (Schneider, 1965). Em 1937, na esteira do Estado Novo, foi instituída a Confederação Nacional dos Operários Católicos (CNOOC), entidade que coordenava as federações estaduais e respondia pela representação política do circulismo perante o governo federal.

Os estatutos dos Círculos explicitavam uma concepção de formação que articulava assistência social e doutrinação moral. Borin, ao analisar os Estatutos no Rio Grande do Sul, identificou uma preocupação com a doutrinação na questão moral, política e religiosa dos operários, em consonância com o regime estado-novista (Borin, 2023). A leitura dos Estatutos do Círculo Operário Porto-Alegrense permite identificar três finalidades declaradas: a defesa da moral cristã do operário e de sua família, a luta contra as ideologias antirreligiosas e a colaboração na organização profissional dos trabalhadores. Essa tríade exprime com clareza a articulação entre doutrina, política e ação social que estruturava o movimento. Existiam manuais de formação de delegados e subdelegados que instruíam sobre a conduta esperada de um militante circulista. O Círculo Operário de Uberlândia, conforme demonstrou Geovanna Junqueira Machado Pereira, dispunha desse material de formação, que o transformou em centro de capacitação para os sindicatos da cidade, oferecendo cursos de delegados sindicais, tesouraria e oratória (Pereira, 2014).

A imprensa circulista constitui um dos vetores mais significativos dessa pedagogia social. O Círculo de Uberlândia mantinha coluna no jornal *Correio de Uberlândia* e um programa semanal na *Rádio Difusora* intitulado *Atualidade Circulista* (Pereira, 2014). No Rio Grande do Sul, o informativo *COPA em Revista* circulava entre os filiados do Círculo Operário Porto-Alegrense, e o jornal *O Trabalho* alcançava leitores em diferentes setores do operariado gaúcho (Borin, 2023). Esses impressos combinavam notícias sobre atividades dos Círculos, orientações religiosas, informações sobre legislação trabalhista e matérias sobre a ameaça comunista. O panfleto *Trabalhador Alerta! Leia com atenção e decida*, produzido pelo Círculo Operário Porto-Alegrense, pode ser lido como peça paradigmática desse repertório. Seu título imperativo configura uma interpelação direta, e o miolo do texto opõe a doutrina social cristã ao *materialismo ateu*, convocando o operário a uma escolha que se apresenta simultaneamente como religiosa, política e moral (Borin, 2023). A estrutura discursiva do panfleto, organizada em torno de uma decisão dramática, revela o modelo pedagógico subjacente ao impresso circulista: educar pela polarização. Esses materiais interpelavam o operário como sujeito de uma escolha moral entre a doutrina social cristã e as ideologias materialistas.

A dimensão devocional completava o quadro formativo. Borin demonstrou que o Padre Brentano fundiu o Movimento dos Círculos Operários do Brasil com a devoção a Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças, proclamando que para onde fossem fundados Círculos, iria junto a Mãe Medianeira (Borin, 2023). Em 11 de junho de 1933, o Padre Brentano consagrou oficialmente o movimento à Medianeira, gesto fundador que vinculou de modo durável a expansão circulista a um santuário concreto, o de Santa Maria, transformado em centro de peregrinação operária. A fusão entre organização operária e devoção mariana produziu uma pedagogia que operava em dois planos simultâneos. No plano racional, palestras e publicações instruíam sobre doutrina social, direitos trabalhistas e perigos do comunismo. No plano afetivo, procissões, romarias e celebrações litúrgicas mobilizavam a sensibilidade religiosa dos trabalhadores e de suas famílias, criando laços de pertencimento que reforçavam a identidade circulista.

Os eventos comemorativos revelam a rede de relações que sustentava a instituição. Na celebração do segundo aniversário do Círculo de Uberlândia, foram convidados representantes da *Rádio Difusora*, da imprensa local, de associações e sindicatos parceiros, o prefeito e o juiz de direito (Pereira, 2014). A lista de convidados expõe a inserção do Círculo em uma teia de vínculos com o poder público e o empresariado, problematizando a representação dessas entidades como portavozes dos interesses operários. A comparação entre as três configurações regionais examinadas neste artigo revela um padrão recorrente dessas alianças locais. Em Pelotas e Santa Maria, os Círculos articularam-se à Viação Férrea do Rio Grande do Sul, principal empregadora da região; em Uberlândia, à elite comercial e ao poder municipal; em Joinville, ao empresariado teuto-brasileiro de origem industrial. Em todos os casos, a forma do Círculo se ajustou à estrutura econômica local sem comprometer seu núcleo doutrinário, traço que sugere a flexibilidade tática do circulismo como pedagogia da ordem.

A preocupação com a formação dos filhos dos operários merece registro. Pereira identificou, na documentação do Círculo de Uberlândia, uma atenção com a educação das crianças que respondia à orientação doutrinária de priorizar a família como núcleo formativo de valores (Pereira, 2014). No caso de Joinville, Rosa Batista e Leonete Luzia Schmidt analisaram a creche Conde Modesto Leal, mantida pelo Círculo local, demonstrando que o cuidado com as crianças articulava assistência e pedagogia moral por meio de práticas de higienização e formação de hábitos compatíveis com a moral católica (Batista, Schmidt, 2018). A creche, fundada em 1942 sob a direção do Padre Alberto Kolb, atendia inicialmente filhos de operárias das fábricas da região e funcionava em regime integral, combinando rotinas de alimentação, higiene corporal e instrução religiosa em um único dispositivo formativo. Esse formato mostra como a pedagogia católica articulava, em uma mesma instituição, três dimensões que a historiografia tende a tratar separadamente: a assistência à infância proletária, a formação moral e a regulação do trabalho feminino fabril.

A AÇÃO CATÓLICA E A ESPECIALIZAÇÃO DO APOSTOLADO OPERÁRIO

A Ação Católica Brasileira, instituída em 9 de junho de 1935, representou uma reorganização do laicato católico de alcance mais amplo que os Círculos. Seus estatutos definiam a ACB como participação organizada do laicato católico do Brasil no apostolado hierárquico, para a difusão e atuação dos princípios católicos na vida individual, familiar e social (Episcopado Brasileiro, 1935). Essa definição inscrevia a ação dos leigos sob autoridade episcopal, distinguindo-a de iniciativas autônomas como sindicatos ou partidos.

A primeira fase da ACB, entre 1932 e 1950, denominada Ação Católica Geral, organizava-se em ramificações etárias e de gênero. A partir de 1950, a especialização deu origem a movimentos voltados a contextos sociais específicos. A Juventude Agrária Católica (JAC), a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Independente Católica (JIC), a Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Universitária Católica (JUC) adotaram a metodologia do Ver-Julgar-Agir, que combinava análise da realidade, reflexão cristã e compromisso prático (Skalinski Junior, 2023). A reforma estatutária de 1950, conduzida sob orientação direta do Vaticano, estabeleceu a Ação Católica Especializada como modelo organizativo dominante e deslocou o eixo da formação cristã do plano abstrato da doutrina para o terreno concreto das experiências sociais dos militantes.

A JOC merece exame detido. Inspirada no modelo francês do Padre Joseph Cardijn, a JOC brasileira se propunha a evangelizar o meio operário a partir dos próprios jovens trabalhadores. O método *ver-julgar-agir* incentivava os jovens a observarem suas condições de trabalho, confrontá-las com os princípios cristãos e proporem ações de transformação. A JOC se tornou, como registra a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, um dos movimentos de leigos mais significativos do país, ajudando a Igreja a se aproximar da classe trabalhadora e elaborando uma espiritualidade encarnada no engajamento social (Peixoto, Lopes, 2023). A pedagogia jocista repousava sobre a *revisão de vida*, exercício coletivo no qual militantes operários narravam situações concretas vivenciadas no trabalho, na família ou no bairro e as confrontavam com a interpretação cristã. A Semana Nacional do Trabalhador, instituída em 1954, mobilizava simultaneamente militantes em cidades como Recife, Belo Horizonte e São Paulo em torno de pautas comuns, evidenciando a capilaridade nacional do movimento.

Essa pedagogia gerou efeitos não previstos pela hierarquia eclesiástica. O contato com a exploração fabril e a precariedade dos bairros operários conduziu parcela dos jovens jocistas a posições de engajamento político que ultrapassavam os limites do projeto conservador original. A aproximação do Serviço Social brasileiro à tradição marxista nos anos 1960 se deu, em boa medida, pela militância na JEC, JUC e JOC (Dutra, 2018). O caso dos *padres operários*, que entre 1962 e 1964 assumiram condições de trabalho fabril em São Paulo e no Rio de Janeiro como prática pastoral, ilustra o limite extremo dessa dinâmica. A repressão pós-1964 atingiu particularmente a JOC e a JUC, com prisões, exílios e o desmantelamento de estruturas organizativas que haviam levado três décadas para se constituir. O trânsito entre formação católica e radicalização política revela a ambivalência inscrita nas práticas educativas religiosas do período.

O pensamento de Dom Helder Câmara e do Padre Louis-Joseph Lebret, do movimento Economia e Humanismo, contribuiu para a maturação de uma vertente progressista do catolicismo social que articulava formação de trabalhadores e projeto de transformação social (Godoy, 2020). Essa vertente, contudo, coexistiu com posições conservadoras dentro da própria hierarquia, impedindo uma leitura homogênea da Ação Católica como vetor de conscientização popular.

A dimensão feminina operou como vetor de formação moral dirigido às famílias operárias. As Senhoras da Ação Católica e as associações de mães cristãs promoviam orientações sobre higiene, alimentação e cuidado com os filhos que reproduziam os valores católicos de família e maternidade. Galvínio e Costa demonstraram que a educação moral e religiosa feminina enfatizava virtudes relacionadas ao espaço doméstico e ao casamento, conformando um modelo de feminilidade articulado com a ética do trabalho masculina (Galvínio, Costa, 2020). A criação da Juventude Operária Católica Feminina (JOCF) em 1948 estendeu o método jocista às operárias têxteis e do setor de serviços, terreno em que a interpelação religiosa se cruzava com discussões sobre salário, jornada e proteção à maternidade. A pedagogia religiosa destinada às mulheres

compunha, com a formação dirigida aos homens, um sistema integrado de normatização da família trabalhadora.

A CIDADE COMO TERRITÓRIO DAS PEDAGOGIAS RELIGIOSAS

A presença de templos, escolas confessionais, centros comunitários e sedes de associações nos bairros operários não constituía elemento neutro na paisagem urbana. Esses edifícios organizavam fluxos de circulação, demarcavam hierarquias espaciais e funcionavam como pontos de convergência para práticas sociais que ultrapassavam a dimensão litúrgica. Margareth Rago, ao analisar o projeto de cidade disciplinar em São Paulo no início do século XX, demonstrou que o controle do espaço articulava regulação dos corpos e conformação dos hábitos das classes populares (Rago, 1985). A articulação entre religião, cidade, educação e trabalho que aqui se examina pode ser pensada a partir de uma matriz quádrupla. O templo organiza a cidade no plano da localização e do fluxo. A celebração organiza o tempo e o ritmo da semana operária. O impresso religioso organiza a leitura e a circulação simbólica. A formação de delegados e militantes organiza a ação no espaço produtivo. Essas quatro dimensões funcionam de modo integrado e constituem o núcleo do que aqui se denomina pedagogia social religiosa.

O caso de Uberlândia é ilustrativo. A sede do Círculo Operário, na Rua Bernardo Guimarães, 344, no Bairro Fundinho, abrigava cursos, celebrações, eventos esportivos e reuniões sindicais (Pereira, 2014). A escolha do Bairro Fundinho não foi acidental. Trata-se de área central da cidade, situada entre o comércio tradicional e os bairros operários da periferia, posição que conferia ao Círculo função de mediação entre o centro e a borda, entre a elite e os operários. Em Santa Maria, a rede circulista estava conectada à estrutura diocesana e à Viação Férrea, maior empregadora da cidade. Borin registrou que os vigários fundavam Círculos como braço político, capaz de contabilizar votos dos operários (Borin, 2023). A territorialização das instituições católicas era indissociável de estratégias de poder que articulavam influência religiosa, política e social.

As celebrações religiosas nos espaços urbanos constituíam momentos privilegiados de pedagogia social. Procissões, festas de padroeiro e missas campais ocupavam ruas e praças dos bairros operários. As romarias estaduais a Nossa Senhora Medianeira em Santa Maria, que reuniam delegações de diferentes estados, exemplificam a escala desses eventos e sua capacidade de mobilização (Borin, 2023). A primeira romaria estadual, realizada em maio de 1949, mobilizou cerca de 60 mil peregrinos vindos de mais de uma centena de paróquias, segundo registros eclesiais sistematizados por Borin. Esse número, que excedia em muito a população de Santa Maria à época, transformava a cidade em palco temporário de uma pedagogia religiosa de massa, na qual a ocupação física do espaço urbano funcionava ela própria como lição visível sobre a presença católica no mundo do trabalho. A participação dos trabalhadores envolvia códigos de vestimenta, comportamento e deferência que funcionavam como dispositivos de socialização.

Os objetos materiais associados às práticas religiosas operavam como suportes pedagógicos. Imagens sacras, medalhas, escapulários, folhetos e almanaques circulavam nos bairros como veículos de uma cultura religiosa inscrita no cotidiano. As paróquias urbanas funcionavam como pontos de referência para populações recém-chegadas do campo, proporcionando redes de solidariedade e acesso a informações sobre empregos e moradia. Essa função integradora conferia às instituições religiosas um poder de interpelação que excedia o âmbito espiritual, convertendo-as em agentes de uma pedagogia urbana que ensinava os trabalhadores a habitar a cidade e a situar-se na ordem social.

Romanelli demonstrou que o ensino confessional ocupava posição relevante no sistema educacional brasileiro do período, e que o ensino religioso nas escolas públicas, reintroduzido na Constituição de 1934, expressava o poder de intervenção da Igreja na escolarização formal (Romanelli, 2001). Esse dado conecta a pedagogia religiosa difusa (círculos, associações, celebrações) à pedagogia escolar institucionalizada. Para o trabalhador urbano, as duas dimensões compunham um campo contínuo de influência moral que operava em múltiplas escalas e temporalidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso analítico permite afirmar que as instituições religiosas desempenharam papel relevante na formação moral e social do trabalhador urbano no Brasil entre 1932 e 1964. Os Círculos Operários, a Ação Católica e suas ramificações, as associações femininas, as paróquias urbanas e os dispositivos de imprensa religiosa conformaram um campo pedagógico diversificado que incidia sobre valores, hábitos e comportamentos das classes trabalhadoras.

Esse campo pedagógico se organizou segundo uma dupla orientação. De um lado, visou à produção de uma ética do trabalho compatível com a disciplina industrial e com os projetos de ordem social do Estado e das elites econômicas. O exame dos estatutos dos Círculos, dos materiais de formação de delegados sindicais, dos boletins circulistas e dos eventos comemorativos revela um repertório orientado pela contenção de conflitos, valorização da família e recusa das ideologias materialistas. De outro, a experiência concreta nas organizações católicas gerou dinâmicas não inteiramente controláveis. A pedagogia do *ver-julgar-agir*, adotada pela JOC, conduziu parcela dos jovens operários à consciência crítica, revelando que os efeitos das práticas educativas religiosas nem sempre correspondiam às intenções de seus formuladores.

A comparação entre as três configurações regionais examinadas (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Triângulo Mineiro) sugere a flexibilidade tática do circulismo. Em cada contexto, a forma institucional ajustou-se à estrutura econômica e ao perfil da elite local, sem que isso comprometesse o núcleo doutrinário do movimento. Esse traço, mais que mera adaptação, revela a operação de uma matriz pedagógica que era ao mesmo tempo nacional, na sua doutrina, e local, na sua aplicação. A cidade funcionou como território de difusão dessas pedagogias. Templos, sedes de associações, escolas confessionais e centros comunitários inscreveram os dispositivos de formação religiosa na paisagem cotidiana dos bairros operários. Celebrações, rituais, objetos sacros e impressos compuseram uma ambiência moral que acompanhava os trabalhadores, tornando porosas as fronteiras entre espaço religioso, doméstico e produtivo.

Os limites deste artigo decorrem de sua opção pela síntese historiográfica. A contribuição que se espera ter oferecido reside menos na descoberta de fontes inéditas que na proposta de uma chave analítica integrada que articule, num mesmo plano, religião, cidade, educação e trabalho, e que permita pensar a pedagogia católica voltada ao operariado como dispositivo formativo dotado de coerência interna e de eficácia social mensurável. Estudos baseados em consulta direta a acervos paroquiais, arquivos sindicais e coleções de periódicos circulistas poderão examinar com maior precisão os mecanismos discursivos e as práticas concretas de formação moral aqui descritos panoramicamente. A análise de memórias orais de trabalhadores constitui outra frente promissora. A pergunta sobre os diferentes meios de educar que as religiões mobilizam nas cidades permanece fecunda e convida a pesquisas que, partindo de recortes regionais ou institucionais mais estreitos, possam adensar o que este ensaio propôs como síntese.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, Rosa; SCHMIDT, Leonete Luzia. "Deixai vir a mim as criancinhas": o papel do Círculo Operário Católico na constituição histórica da infância em Santa Catarina. *Projeto História*, São Paulo, v. 61, p. 384-415, jan./abr. 2018.
- BORIN, Marta Rosa. *Por um Brasil Católico: tensão e conflito no campo religioso da República*. Santa Maria: Editora Schreiber, 2023.
- DIEHL, Astor Antônio. *Círculos Operários no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1990.
- DUTRA, Silmai Lazaro Neves. Revisitando a aproximação do Serviço Social brasileiro à tradição marxista (1960-1982). *Revista Em Pauta*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 41, p. 211-229, jan./jun. 2018.
- EPISCOPADO BRASILEIRO. *Estatutos da Ação Católica Brasileira*. Rio de Janeiro: Tipografia Boa Imprensa, 1935.
- FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. São Paulo: Difel, 1977.
- FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- GALVÍNCIO, Amanda Sousa; COSTA, Jean Carlo de Carvalho. O cuidar como profissão das mulheres. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 21, n. 1, e149, jan./dez. 2020.
- GODOY, José Henrique Artigas de. Dom Helder Câmara e Louis-Joseph Lebret: desenvolvimentismo e práxis progressista católica nas décadas de 1950 e 1960. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 63, n. 1, e20180179, jan./mar. 2020.
- LEONARDI, Paula. *Além dos espelhos: memórias, imagens e educação*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.
- MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- MANOEL, Ivan Aparecido. *Igreja e educação feminina: uma face do conservadorismo*. São Paulo: UNESP, 2004.
- MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. *Meninos e meninas na rua: trabalho infantil e marginalidade*. São Paulo: Cortez, 1999.
- PEIXOTO, Filipe Henrique Santos; LOPES, Mônica Heloisa Marcelo. "A experiência comunitária me abriu um horizonte": práticas de letramento na Pastoral da Juventude de Guarulhos-SP. *Education Policy Analysis Archives*, v. 31, n. 105, jul./ago. 2023.
- PEREIRA, Geovanna Junqueira Machado. *Entre práticas e controle: o Círculo Operário e os trabalhadores de Uberlândia (1942-1960)*. 2014. 145 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.
- PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. *"Que a união operária seja nossa pátria!": história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações*. Santa Maria: Editora UFSM; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil (1930-1973)*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- SCHNEIDER, José Odelso. O operariado brasileiro e os círculos operários. *Síntese Política, Econômica, Social*, Rio de Janeiro, ano 7, n. 27, p. 40-65, jul./set. 1965.

SKALINSKI JUNIOR, Oriomar. Um intelectual da Ação Católica no campo educacional: Alceu Amoroso Lima em um discurso de paraninfo (1935). *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 24, n. 1, e305, jan./dez. 2023.

SOUZA, Jessie Jane Vieira de. *Círculos Operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ; FAPERJ, 2002.

Submetido em março de 2026
Aprovado em maio de 2026

Informações do autor

Erik Chiconelli Gomes

Escola Superior de Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção São Paulo (ESA/OAB-SP)

E-mail: erik.gomes@usp.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4385-4586>

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4255670843354064>